



Universidade Federal de Alagoas - UFAL  
Centro de Educação- CEDU  
Maceió - Alagoas - Brasil

## O TRABALHO DOCENTE E A DISCURSIVIDADE NEOLIBERAL DURANTE A SARS-COV-2

**Deyvid Braga Ferreira** (FRM/AL e UMJ/AL)  
[deyvidbrafe@bol.com.br](mailto:deyvidbrafe@bol.com.br)

**Maria do Socorro A. de O. Cavalcante** (UFAL)  
[mdosaoc@gmail.com](mailto:mdosaoc@gmail.com)

### RESUMO:

Este artigo tem por objetivo analisar o movimento discursivo sobre o trabalho dos professores em materialidade discursiva que circulou durante a pandemia do COVID 19. Nesse contexto, as vozes (dos/das) professor (es/as) foram silenciadas, em detrimento de outras vozes com as quais dialogaram: políticos, juristas, especialistas, médicos. A metodologia utilizada para desvelar tal problemática foi à pesquisa qualitativo-discursiva. Nossa perspectiva teórica foi a da Análise do Discurso Pêcheutiana, que trabalha a relação língua, ideologia e história. Nossas categorias de análise foram a Formação Ideológica e o silenciamento, presentes na materialidade discursiva que selecionamos. Os resultados desta pesquisa mostraram que houve uma intencionalidade no dizer sobre o (não) trabalho dos professores, relegando a coadjuvância daqueles que labutam incansavelmente na sala de aula.

**PALAVRAS-CHAVE:** Professores, Trabalho docente, Discurso, Silenciamento, Deriva de sentido.

### 1 INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019, na província de Wuhan na China, começou-se a observar um novo tipo de vírus, bem mais agressivo que uma gripe comum e com um maior poder de mortalidade.

Rapidamente, num mundo globalizado, começaram a eclodir casos e mais casos, com uma mortalidade nunca antes pensada, que vitimou e continua vitimando um grande número de pessoas em todo o mundo, principalmente as pessoas com faixa etária superior aos 60 anos<sup>1</sup>. Dados do Ministério da Saúde divulgados pela

<sup>1</sup> Informação disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/conheca-a-faixa-etaria-dos-mortos-por-covid-19-no-brasil-e-em-mais-4-paises/>. Acessada dia 06/09/2022.

grande mídia registram 300 mil mortes por COVID 19, desde o início da Pandemia, em 2020. Ante essa situação, o Brasil e outros países do mundo começam a mobilizar-se para combater o avanço da SARS-COV-2, doravante chamada apenas de COVID 19. Na Europa e na América, muitos desses países, a contragosto de parte da população, começam um isolamento total, um lockdown<sup>4</sup> (ou fechamento total) de suas fronteiras com confinamento de sua população e implantação de rigorosos controles de tráfego de pessoas e objetos pelas forças de segurança.

Enquanto isso, várias vozes foram ouvidas, para a tomada de medidas preventivas, profiláticas e de isolamento – políticos em níveis estaduais e municipais; técnicos do MEC. Entretanto, os principais sujeitos da práxis educativa - professores e alunos – não foram ouvidos: nem antes da suspensão das aulas presenciais, nem no seu retorno. É nesse contexto que, ante a possibilidade de retorno às aulas presenciais, mesmo sem serem consultados, os professores resistem, apresentando argumentos sobre os riscos que tal medida pode acarretar. Ante essa recusa, o líder do governo na câmara dos deputados, em tom acusativo profere: “todos querem voltar a trabalhar na pandemia, menos os professores”.

Ao produzir essa materialidade discursiva, o parlamentar o faz a partir de um lugar social, sustentado por uma ideologia e com uma intencionalidade: culpabilizar os professores por se “recusarem” a retornar às aulas presenciais. Nossa perspectiva teórica será a da Análise do Discurso Materialista, onde a categoria de estudos será a Formação Ideológica (FI) e o Silenciamento. Nessa perspectiva, buscaremos as derivas de sentido no dizer para a educação, onde o político sobressaiu-se ao científico e ao social, com a possibilidade de que tais diálogos possam ter relegando a coadjuvância aqueles que labutam incansavelmente na sala de aula.

## **2 O (S) SILENCIAMENTO (S) DE UMA (VÁRIAS) VOZ (ES)**

### **2.1 ANÁLISE DO DISCURSO MATERIALISTA**

A Análise do Discurso, fundada por M. Pêcheux ancorada no Materialismo histórico dialético representa uma **ruptura epistemológica com o então quadro vigente das análises da língua, tributárias de Saussure, para quem a língua é um sistema de signos, sendo o sistema linguístico o centro organizador de todos os fatos da língua. Na perspectiva do Materialismo histórico dialético, a língua é**

expressão das relações sociais; é opaca; vive e evolui nas relações sociais. Ou seja, “medeia tanto à troca orgânica da sociedade com a natureza, como as relações dos homens entre si e se renova na vida cotidiana, guiada pelas mais diversas necessidades que emergem” (LUKÁCS, 1978, P. 80). Nessa mesma perspectiva, apresentamos a seguir outro posicionamento acerca da língua.

Através das estruturas que lhe são próprias, toda língua está necessariamente em relação com o ‘não está’, o ‘não está mais’, o ‘ainda não está’ e o ‘nunca estará’ da percepção imediata: nela se inscreve assim a eficácia omni-histórica da ideologia como tendência incontornável a representar as origens e os fins últimos, o alhures, o além e o invisível (PÊCHEUX, 1990, p. 08).

A partir dessa percepção, Pêcheux teoriza a relação da língua com a história e a ideologia e elege o discurso - e não a língua - como objeto de estudo da Análise do Discurso. Na perspectiva do referido autor,

[...] o discurso não se confunde com a língua, nem com a fala, nem com o texto; não é a mesma coisa que transmissão de informações; tampouco nasce do psiquismo individual de um falante. É acontecimento que articula uma atualidade a uma rede de memória [...]. Todo discurso é índice de agitação nas filiações sócias históricas. (PÊCHEUX, 1990, p. 45).

Na esteira de Pêcheux, assumimos a concepção de discurso como “práxis humana que só pode ser compreendida a partir do entendimento das contradições sociais que possibilitam sua objetivação” (MAGALHÃES, 2003, p, 75), pois todo discurso tem a ver com o tipo de relação do sujeito no processo de produção da vida em de uma sociedade. Para compreender essa relação do sujeito em sua participação na produção social, pela via dos sentidos no discurso, necessário se faz conhecer as Condições de Produção do Discurso. Essa categoria é fundamental para o entendimento de como os discursos se constituem e sua intervenção na realidade para manutenção ou transformação dessa mesma realidade.

Desde essa ótica, as relações sociais e a luta de classe são as condições materiais de produção do discurso por um sujeito política e ideologicamente situado, ratificando o caráter histórico e ideológico do discurso. “Esse sujeito busca respostas para problemas postos pela realidade, assumindo posições ideológicas que, em suas práticas discursivas produzem sentidos. As formações ideológicas são representadas pela via de práticas sociais concretas” (FLORÊNCIO *et. al.* 2016, p. 71). As Formações Ideológicas se constituem, pois por um conjunto complexo de atitudes e representações que nem são individuais, nem universais, mas dizem respeito às posições de classes em conflitos, pois:

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe em si mesmo, (...) mas ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Poderíamos resumir, essa tese, dizendo: as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que a empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referencia (...) as formações ideológicas (...) nas quais estas posições se inscrevem (Pêcheux, 1995, p. 160).

Assim, ao analisar um discurso, o analista deve recorrer, dentre outras categorias, à identificação das formações ideológicas de uma formação social. Elas – as formações ideológicas – dão sustentação ao dizer, produzindo sentidos que discursivamente procuram camuflar/silenciar conflitos de classe, deixando passar a ideia de ausência das contradições de classe. Assim, conclui-se que em todo processo discursivo os sentidos são múltiplos, instáveis, silenciados, rompendo assim com uma tentativa de unidade de sentidos e ratificando a incompletude constitutiva da linguagem. Daí poder-se falar da instabilidade e multiplicidade de sentidos, de um “não dizer” necessário ao dizer, pois “ao falar o sujeito tem necessariamente uma relação com o silêncio, pois não se pode dizer tudo” (FLORÊNCIO, 2016, p. 78).

Entretanto, o silêncio de que se trata aqui não se confunde com o ato de calar, mas com o mecanismo de censurar, interditar o dizer, fazer calar. Esse mecanismo é definido por Orlandi (1995) como política do silêncio que consiste em produzir sentidos necessários ao apagamento de um conjunto de sentidos que não podem ou não devem ser ditos em determinada conjuntura.

[...] o sentido do silêncio não deriva do sentido das palavras [...] se define pelo fato de que ao dizer algo, apagamos, necessariamente, outros sentidos possíveis, mas indesejáveis em uma situação discursiva dada. [...] Se diz ‘x’ para não deixar dizer ‘y’, este sendo o sentido a ser descartado do dito. É o não dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar (ORLANDI, 1995, pp. 75-76).

Ou seja, algo é dito para que não seja dito o indesejável. Silenciar é, pois, uma prática autoritária na medida em que leva à perda da memória; desfaz os laços que prendem o presente ao passado; apaga as raízes históricas. É isso que se pode perceber na materialidade discursiva produzida pelo líder do governo na câmara dos deputados: **“todos querem voltar a trabalhar na pandemia, menos os professores”**. Antes de proceder à análise discursiva dessa materialidade, entendemos ser necessário recuperar a memória histórica do trabalho do professor.

## 2.2 A EDUCAÇÃO E O TRABALHO DOCENTE

A educação e, por extensão, o trabalho do professor cumprem papéis sociais ao mesmo tempo contraditórios. Os dois podem ser instrumentos de reprodução da ordem social e potenciais agentes de transformação da sociedade. Contudo, não se pode negar que o caráter reprodutivo de ambos tem prevalecido de modo especial na educação básica, em função das exigências do capital.

A questão da atividade docente<sup>2</sup> na educação brasileira – da colônia aos dias atuais - caracteriza-se como campo de permanentes disputas de interesses políticos. Os aspectos controlados incluem desde a frequência; a maneira de vestir-se; a conduta; a metodologia utilizada; a organização dos conteúdos; a base teórica e filosófica adotada e o posicionamento político. Isso acontece porque, como já dito em Cavalcante (2007, p. 19), “a classe social que detém o controle do poder político, através do Estado, sempre utiliza a educação no sentido de realizar (pelo menos em parte) seus objetivos”.

Para atingir tal intento, além de estabelecer os conteúdos e metodologias a serem utilizados, criam-se também mecanismos de controle das atividades realizadas pelo docente, em sala de aula. Assim, da colônia aos dias atuais, os dispositivos de controle estabelecidos para a carreira do magistério vêm sendo engendrados e ampliados em função das diferentes conjunturas políticas e dos interesses da classe dominante, tanto no sentido de promover uma educação domesticadora, quanto amortecer quaisquer insurgências da classe docente para quem, na perspectiva das tendências liberais, a resiliência às intempéries e às precárias condições de trabalho “são intrínsecas da missão de educar” e caracteriza o entendimento de magistério como missão, vocação.

A figura do professor como herói resiliente e abnegado, que enfrenta inúmeras dificuldades de condições de trabalho e mesmo assim exerce seu papel é recorrente na sociedade brasileira. Esse discurso da docência como ‘missão’, ‘sacerdócio’, ainda perpassa o ideário da formação social brasileira, não obstante a profissionalização do professor. Ele (re) surge de forma ‘conveniente’, servindo bem ao discurso dominante, uma vez que busca ‘imunizar’ os docentes de modo a evitar irrupções, provocando o conformismo nas relações de trabalho. (LIMA, 2018, p. 5)

---

<sup>2</sup> Não há consenso acerca da designação atribuída à ação do professor. Alguns autores utilizam a denominação trabalho educativos; outros a denominam atividade educativa. Neste texto, utilizaremos a designação atividade docente. Para maior aprofundamento sobre a questão, ver Tonet, 2005, Educação, cidadania e emancipação humana.

Aqueles que resistem e “teimam” em assumir sua função de contribuir para a formação da consciência crítica de seus alunos são hostilizados e até criminalizados por ousarem agir não no sentido da domesticação; mas de sua emancipação. É o que percebemos na materialidade produzida que passaremos a analisar a seguir.

### 2.3 A INTENCIONALIDADE DISCURSIVA: O DIZER E O SILENCIAR

Na perspectiva metodológica da Análise do Discurso Pêcheutiana, o primeiro aspecto a ser abordado diz respeito ao objeto discursivo a ser analisado, o recorte da realidade que será ponto de partida da análise – o dito, ou seja, a materialidade discursiva e as condições sócias históricas e ideológicas que possibilitaram o surgimento do discurso. Em nosso caso, o objeto de análise, como já dito anteriormente, é a materialidade produzida pelo líder do governo Bolsonaro, na Câmara dos deputados.

Esse acontecimento discursivo irrompe no momento histórico em que surge uma nova cepa do COVID 19 e, em nível mundial, com alto nível de contaminação e consequente aumento do número de óbitos. No Brasil, trava-se uma intensa batalha jurídica entre estados e municípios que optam por seguir as orientações da OMS e não conseguem atender à população contaminada e o governo federal e seus seguidores assumindo uma ideologia negacionista da ciência e desdenhando da gravidade da situação, além de retardar a compra de vacinas e fazer campanha contra a vacinação, incitam as pessoas a retornarem a seus postos de trabalho.

No âmbito da educação, em todos os níveis, ocorre o debate entre pais e proprietários de escolas sobre o retorno das aulas presenciais. É nesse contexto, que o referido parlamentar, em uma entrevista no canal CNN, ao ser provocado a falar sobre a recusa dos professores ao retorno das aulas presenciais, no auge da pandemia, assim se posiciona: **“todos querem voltar a trabalhar na pandemia, menos os professores”**.

Essa materialidade discursivizada é produzida por um sujeito, a partir de uma posição com a qual se identifica na luta de classes. Isso implica dizer que os discursos são produzidos a partir de lugares ideológicos construídos socialmente, os quais correspondem às Formações Ideológicas. “O funcionamento da Ideologia [...] se realiza através do complexo das formações ideológicas [...] e fornece ‘a cada sujeito’ sua ‘realidade’, enquanto sistema de evidências e de significações

percebidas – aceitas – experimentadas”. (PÊCHEUX, 1988. p.162). Assim, numa sociedade em que se verificam permanentes conflitos entre classes e grupos, a luta pelo silenciamento/manutenção ou construção de referências ideológicas, torna-se importante porque influencia a orientação de condutas e de representações de mundo.

O poder da ideologia dominante é indubitavelmente enorme, não só pelo esmagador material poder material e por um arsenal político cultural à disposição das classes dominantes; mas sim, porque esse poder ideológico só pode prevalecer graças à posição de suprema mistificação, através da qual os preceptores potenciais podem ser induzidos a endossar ‘consensualmente’, valores e diretrizes práticas que são na realidade, totalmente adversos a seus interesses vitais (MESZÁROS, 1993, p. 10).

Assim, após demarcar a materialidade a ser analisada a partir do entendimento de que todo discurso visa a uma intervenção do sujeito na realidade, o analista precisa elaborar um caminho a ser seguido. No caso em tela, estende-se que algumas questões precisam ser colocadas: 1- quem é o enunciante? 2- a partir de que lugar enuncia? 3 - como enuncia? 4 - o que silencia?

**Figura única:** Deputado Federal Ricardo Barros (Progressistas), líder do governo na Câmara dos Deputados, criticando os professores “por não quererem retornar ao trabalho” exibida no canal CNN em 20/04/2021.



Entrevista disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RvNya-CrmUw&t=8s>. Acessada em 27/09/2022.

**Quem enuncia?** Um parlamentar, deputado federal, líder do governo na Câmara dos deputados. **De que lugar enuncia?** Do lugar da classe dominante no poder, apoiadora do atual presidente da república – Jair Bolsonaro -, ou seja, a partir de sua (do enunciante) identificação com a Formação Ideológica do capital. **Como**

**enuncia?** Ou seja, que recursos linguísticos são utilizados na produção da referida materialidade? Iniciando, tem-se o uso do quantificador “todos”, que produz o efeito de sentido de totalidade, sugerindo que “todos” os brasileiros partilham da mesma convicção – que a pandemia “é apenas uma gripezinha”<sup>3</sup> – referendando e legitimando o discurso da presidência da república que, desde o início da pandemia, minimiza a sua gravidade, assumindo uma posição negacionista da ciência e negligenciando a compra de vacinas e incitando a população a não se vacinar.

O referido quantificador está associado à locução verbal “querem voltar a trabalhar” que, por sua vez, está associada a uma circunstância temporal - “na pandemia”- ou seja, durante a pandemia. Também não é à toa a escolha do verbo querer (querem) que expressa vontade/desejo. Ou seja, no caso, a volta ao trabalho é apenas uma questão de vontade coletiva. Basta querer e todos poderão voltar a trabalhar – “menos os professores”. Opondo-se ao quantificador “todos” que inclui toda a população na categoria dos que “querem voltar a trabalhar na pandemia” tem-se, no último segmento da materialidade em análise, outro quantificador “menos”. Esse, ao contrário do anterior – todos que inclui – produz o efeito de exclusão, de exceção. Assim, contrariando outras categorias de trabalhadores somente os professores “não querem voltar a trabalhar na pandemia”. Com isso, os professores aparecem como culpados/criminalizados por não contribuírem para o retorno à normalidade, sendo responsabilizados, inclusive pelo não retorno ao trabalho dos pais de alunos. Com quem os pais vão deixar seus filhos se os professores “**não querem voltar a trabalhar**”?

A materialidade em análise caracteriza um gênero discurso: o político. “O discurso político instaura uma relação específica entre a linguagem e a instituição. Nessa relação, suas formas enunciativas representam a instituição no discurso, legitimando ou deslegitimando o universo social em que se inscreve” (CAVALCANTE e FLORÊNCIO, 2013, p. 37). Assim, a atividade política pode também ser definida como uma luta não só pela tomada e manutenção do poder, mas também pela tomada e manutenção da palavra. No discurso político, trava-se, pois, uma luta entre dois polos. De um lado, a luta pela estabilização dos discursos oficiais/institucionais, veiculados pela imprensa oficial, pela propaganda oficial. Ao mesmo tempo em que lutam pela sua estabilização, investem na desestabilização

---

<sup>3</sup> Enunciado proferido pelo presidente da república.

de discursos que “precisam” ser controlados/apagados – os discursos contestatórios que veiculam dissensos de qualquer ordem.

O discurso político se inscreve assim, no campo da persuasão e tem por função, além de sua auto justificação, o mascaramento da realidade com o objetivo de ganhar a adesão pública. Para atingir seus objetivos, e, ao mesmo tempo, mascarar/ocultar seu comprometimento com determinados grupos, esse discurso lança mão de vários mecanismos discursivos que produzem “excelentes” resultados ideológicos, por sua capacidade de anular a reflexão crítica. Dentre esses mecanismos tomaremos aqui o silenciamento (CAVALCANTE e FLORÊNCIO, 2013, p; 38).

A categoria silenciamento “(que não é mais silêncio, mas ‘pôr em silêncio’) se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos, necessariamente, outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 1993, p. 75). É a partir dessa ótica, que se busca responder a quarta questão: o que a materialidade discursiva em estudo silencia?

Inicialmente, é necessário atentar para o uso da expressão – **“querem voltar a trabalhar na pandemia”** -. A expressão “voltar a trabalhar” produz um implícito: houve uma suspensão do trabalho. Ou seja, os professores deixaram de trabalhar na pandemia. Com isso, silencia-se o trabalho extenuante a que os professores tiveram de submeter-se desde que, sem serem consultados, tiveram de transformar suas casas em ambientes pedagógicos, sem dispor das condições necessárias para que essa modalidade de ensino ocorresse e sem dominar a tecnologia do ensino remoto. Assim, como já dito anteriormente, além de ter seu trabalho redobrado no preparo e execução de aulas remotas, muitos desses profissionais se dispuseram a ir às residências dos alunos, para levar material impresso e, depois de corrigido, voltar para dar o resultado.

Posicionando-se do lugar institucional do poder legislativo, o referido parlamentar enuncia a partir do lugar do poder e, a partir daí, assume a posição de mando, culpabilizando os professores por se recusarem “a trabalhar na pandemia”, atribuindo a esses profissionais, a quem é negada a autonomia de decidir sobre suas atividades em sala de aula, a culpa pelo desmonte da educação pública. Conseqüentemente, ao assumir essa posição, o enunciante exclui o que, na sua perspectiva, não pode e não deve ser dito, silenciando os verdadeiros responsáveis por essa situação, mediante constantes cortes nas verbas destinadas à educação, além da perseguição direcionada aos professores, criando mecanismos de controle

e estabelecendo “sanções que devem ser aplicadas aos ‘infratores’; ‘doutrinadores”<sup>4</sup>. (CAVALCANTE, 2007, p. 336).

Silencia também a expansão da pandemia que atinge um número alarmante de óbitos por COVID e os responsáveis por essa situação – o presidente da república e seus apoiadores – que, assumindo uma política negacionista da ciência, negligencia a gravidade da pandemia; demora a comprar vacinas para imunizar a população; fez, publicamente, campanha contra a vacinação. Como consequência, além do aumento do número de mortes, tem-se o colapso de hospitais, falta de oxigênio para as pessoas infectadas e o aumento do desemprego e da fome.

Assim, o discurso político cumpre sua função de persuasão e conquista da adesão pública, mediante o mascaramento da realidade, ocultando seu comprometimento com determinados grupos, desencadeando um conjunto de ações que façam seus interlocutores se sentirem como membros do todo social, desconhecendo sua condição de classe. Esse mecanismo possibilita que a sociabilidade burguesa, no seu lastro histórico e mesmo com a COVID 19, ganhe fôlego e chegue vitoriosa em pleno século XXI, pois grande parte da população mundial aceita as políticas de dominação e subserviência impostas pela classe dominante, como a única forma plausível de convivência social frente à crise sanitária alardeada pela pandemia.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os pressupostos teóricos metodológicos da Análise do discurso materialista nos levam ao entendimento de que não há discurso neutro ou inocente. Todo discurso tem uma intencionalidade que não se coloca de forma explícita, “mas velada, às vezes quase imperceptível, uma vez que os conflitos ideológicos quase nunca se mostram, alojando-se nas entranhas do discurso, à sombra das palavras” (CAVALCANTE, 2007, p. 78). Para desvendar sua trama é preciso penetrar nas frinchas do discurso e perscrutar os indícios das determinações ideológicas nele sinalizadas. Nessa perspectiva teórica, a análise do discurso não se limita a interpretar fatos na sua aparência fenomenológica, mas buscar entender esses fatos pela via da análise da conjuntura histórico ideológica que possibilitou o seu surgimento.

---

<sup>4</sup> Designações atribuídas aos professores pelo atual presidente da república.

Com isto, a Formação Ideológica de que: “**somente os professores não querem trabalhar**” coaduna com o projeto societário e neoliberal de recrudescimento das leis trabalhistas e garantias conquistadas por seus servidores: pois é “melhor ter meio salário que nenhum”.

Para dominar, o dominador não tem outro caminho senão negar às massas populares a práxis verdadeira. Negar-lhes o direito de dizer sua palavra, de pensar certo.(Freire, 1987, pp. 123)

A partir dessa ótica, os resultados desta análise mostraram que houve uma intencionalidade no dizer do parlamentar (sobre o ‘não querer trabalhar’ dos professores), relegando a coadjuvância daqueles que labutam incansavelmente na sala de aula, silenciando/culpabilizando os/as profissionais da educação. Não lhes foi dado o direito de manifestar-se na atual conjuntura, acerca do desenvolvimento de seu mister na situação pandêmica: nem antes, nem agora, tampouco depois.

Para tanto, é necessário que diante dos problemas e das investidas da lógica do capital, assumamos sempre uma postura crítica, fazendo da prática educativa uma instância de luta contra todos os mecanismos de opressão impostos pela classe dominante e seu projeto de sociabilidade.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12ª Edição. Tradução de Michel Lahud “*et al*”. São Paulo: HUCITEC, 2006.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de. **Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira: O simulacro de um discurso modernizador**. Maceió: EDUFAL, 2007.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira e FLORÊNCIO, Ana Maria Gama. **O discurso político: silenciamento e mitificação**. IN: CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira e FLORÊNCIO, Ana Maria Gama e DIÓGENES, Elione Maria Nogueira (org.) Políticas públicas e Estado capitalista: olhares e discursos circulantes. Maceió, EDUFAL, 2013.

FLORÊNCIO, Ana Maria Gama *et. al*. **Análise do discurso fundamentos & prática**. Maceió, EDUFAL, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LIMA, José Edson Ferreira. **O trabalho docente no texto jornalístico: discurso, história e memória.** Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2018.

LUKÁCS, George. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem.** São Paulo: Revista temas de Ciências Humanas, 1978.

MAGALHÃES, Belmira Rita Costa. **O sujeito do discurso: um diálogo possível e necessário,** in: VOESE, Ingo (org). Linguagem em Discurso, volume 3, Número especial, Santa Catarina, Unisul, 2003.

MESZÁROS, Istévan. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. **O poder da Ideologia.** São Paulo: Boitempo, 1993.

ORLANDI, ENI P. (Org.). **Gestos de leitura da história no discurso.** São Paulo: UNICAMP, 1995.

\_\_\_\_\_. **Análise do discurso: Princípios e procedimentos.** 6ª Edição. Rio de Janeiro: Pontes, 2005.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos.** 4ª Edição. São Paulo: UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Tradução de Eni P. Orlandi *et al.* 2ª Edição. São Paulo: UNICAMP, 1995.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio.** Campinas: UNICAMP, 1988.

\_\_\_\_\_. **Delimitações, inversões e deslocamentos.** Trad. de José Horta Nunes. In: Cadernos de estudos linguísticos (19). Campinas: Unicamp, 1990.